ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA E ESTRATÉGIAS PARA A REPRODUÇÃO SOCIAL: O CASO DO ASSENTAMENTO FILHOS DE SEPÉ, VIAMÃO/RS

Helena Maria Beling¹, Janete Webler Cancelier², Carmen Rejane Flores³

¹ Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), E-mail: helenabeling2015@gmail.com, Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-6356-3594>

² Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), E-mail: janetewc@gmail.com, Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-4850-5492>

³ Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), E-mail: carmenrejanefw@gmail.com, Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-5879-2042>

Artigo recebido em 02/09/2020 e aceito em 06/03/2021

RESUMO

Este trabalho objetiva compreender a organização produtiva e as estratégias adotadas para a reprodução social do Assentamento Filhos de Sepé, Viamão/RS. Está embasado em análise qualitativa. Os procedimentos metodológicos são: levantamento e análise do material bibliográfico; coleta de dados primários através de trabalhos de campo; análise e organização realizando o cruzamento dos dados e das informações. Toda a produção do assentamento é orgânica. Entre as estratégias de produção e reprodução social destaca-se o cultivo de arroz, hortaliças, frutas, agroindústrias e o cultivo diversificado para autoconsumo. Ainda que a organização produtiva venha possibilitando a reprodução social, as políticas públicas e os programas são essenciais na garantia do acesso ao mercado.

Palavras-chave: Assentado. Agricultura familiar. Produção orgânica. Assentamento Filhos de Sepé. Viamão/RS.

PRODUCTIVE ORGANIZATION AND SOCIAL REPRODUCTION STRATEGIES: THE CASE OF THE RURAL SETTLEMENT FILHOS DE SEPÉ, VIAMÃO/RS

ABSTRACT

This study aims to comprehend the productive organization and the strategies adopted to the social reproduction of the rural settlement Filhos de Sepé, Viamão/RS. It is based on qualitative analysis. The methodological procedures are: survey and analysis of theoretical material; primary data collection, through fieldworks; analysis and organization, doing the intersection between data and information. The entire rural settlement production is organic. Among the strategies of social production and reproduction, rice, vegetables, fruits, agro-industries and diversified cultivation for self-consumption are highlighted. Although the productive organization is making the social reproduction possible, the public politics and the programs are essential in ensuring market access.

Keywords: Rural settler. Family farming. Organic production. Rural settlement Filhos de Sepé. Viamão/RS.

ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA Y ESTRATEGIAS PARA LA REPRODUCCIÓN SOCIAL: EL CASO DEL ASENTAMIENTO RURAL FILHOS DE SEPÉ, VIAMÃO/RS

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo comprender la organización productiva y las estrategias adoptadas para la reproducción social del asentamiento rural Filhos de Sepé, Viamão/RS. Se basa en análisis cualitativos. Los procedimientos metodológicos son: encuesta y análisis de material bibliográfico; recopilación de datos primarios a través de trabajos de campo; análisis y organización, cruzando datos e información. Toda la producción del asentamiento rural es orgánica. Entre las estrategias de producción y reproducción social se destaca el cultivo del arroz, verduras, frutas, agroindustrias y el cultivo diversificado para autoconsumo. Aunque la organización productiva permite la reproducción social, las políticas públicas y los programas son esenciales para garantizar el acceso al mercado.

Palabras clave: Colono. Agricultura familiar. Producción orgánica. Asentamiento rural Filhos de Sepé, Viamão/RS.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa trata de um estudo sobre a produção e as estratégias adotadas para a reprodução social no assentamento Filhos de Sepé, localizado no município de Viamão, no estado do Rio Grande do Sul (RS).

Com o início da modernização da agricultura brasileira, a partir da década de 1950, surge o modelo tecnológico proposto da chamada Revolução Verde. Tal modelo introduziu no campo novas práticas agrícolas, que permitem aumento significativo na produção, decorrente do uso de tecnologias no processo produtivo, bem como, no gerenciamento das produções, ocasionando intensas mudanças no campo.

A partir deste contexto, gradativamente passou a ser inserido capital financeiro e técnico no espaço rural, mudando o sistema e a estrutura de produção, causando aumento, significativo, do montante produzido. Gliessman (2008, p. 36) aponta que a agricultura convencional possui dois grandes objetivos, que se relacionam, sendo: “a maximização da produção e a do lucro”. O autor ainda aponta as seis práticas que permitem atingir esses objetivos, que são: “cultivo intensivo do solo, monocultura, irrigação, aplicação de fertilizantes inorgânicos, controle químico de pragas e manipulação genética de plantas cultivadas”.

As políticas de crédito facilitado, direcionadas para o espaço rural da década de 1970, colaboraram para o predomínio do latifúndio e a subordinação do trabalhador à estrutura fundiária dominante. Sendo palco de um aumento expressivo das áreas de monocultivos, concentração de terras com expropriação de trabalhadores e agravando a situação da agricultura familiar. Assim, esse

modelo de desenvolvimento “[...] é quantitativo é também desigual, na medida em que concentra terra, renda e riquezas [...]” (WIZNIEWSKY, 2015, p. 82).

Sendo assim, produtores rurais com maior renda, tinham condições de comprar maquinários e insumos para suas áreas de cultivo, intensificando e ampliando, substancialmente, sua produção através do sistema convencional. A ampliação da produção possibilitava maiores retornos financeiros e uma consequente deterioração da distribuição da renda no setor agrícola, como bem destaca Graziano da Silva (1982). Oportunizando, a estes poucos ainda, a possibilidade de aquisição de mais terras, aumentando, dessa forma, seus índices de produção agropecuária, com redução do tempo de produção e da mão de obra utilizada, gerando mais lucros.

Em compensação os agricultores, com pouco ou despojados de capitais, se deparam com dificuldades crescentes, a medida que não conseguem acompanhar e se adaptar às exigências impostas. Fenômeno este que, em muitos casos, ocasionou a redução da área produtiva da diversificação, do abandono do campo e a sequente migração para as cidades.

A partir da reforma agrária, torna-se possível vislumbrar uma nova condição, onde o agricultor familiar e/ou assentado ganha espaço na produção de alimentos. E assim, através do seu trabalho com a terra, conseguem se produzir e reproduzir social e economicamente.

Os assentamentos têm se apresentado como importantes espaços onde se materializam diferentes experiências para a produção e a reprodução social de unidades familiares. Sendo oportuno os estudos que retratam os diversos contextos e realidades.

Nesse sentido, objetiva-se com o presente estudo, compreender a organização produtiva e as estratégias adotadas para a reprodução social do Assentamento Filhos de Sepé, Viamão/RS, tomando como base aspectos sociais, culturais e ambientais da referida área de estudo.

A ÁREA DE ESTUDO

O município de Viamão/RS, conforme figura 1, está localizado na região Metropolitana de Porto Alegre, sendo conurbado com a capital. De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2014), o município possui uma área territorial de 1.497,017 km² e uma população total de 251.033 habitantes. Em sua composição administrativa, além da sede, o município é composto por cinco distritos, sendo eles: Capão da Porteira, Espigão, Itapuã, Passo da Areia e Águas Claras.

FIGURA 1 - MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE VIAMÃO/RS

Fonte: Malha municipal IBGE (2010).

Elaboração: BELING, Helena Maria (2017).

Especificamente, a pesquisa foi desenvolvida no distrito de Águas Claras, onde está localizado o assentamento Filhos de Sepé, como pode ser observado na figura 2. Conforme a Associação de Moradores do Assentamento Filhos de Sepé (AAFISE) no assentamento vivem 376 famílias assentadas, sendo igual a, aproximadamente, 2.000 pessoas. Haja vista que, “[...] Juntamente com as famílias assentadas vivem familiares com família constituída como filhos de assentados, pais e outros. Estima-se que vivam no assentamento 700 famílias aproximadamente” (AAFISE, 2015, p. 07).

O assentamento Filhos de Sepé, foi implantado no dia 14 de dezembro de 1998, resultante da desapropriação da fazenda Santa Fé. Segundo dados da Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos Ltda (COPTEC) e da Assessoria Técnica Social e Ambiental (ATES), possui área territorial de, aproximadamente, 9.478 hectares. Sendo que, destes 2.500 hectares são referentes ao Refúgio da Vida Silvestre Banhado dos Pachecos, 3.500 hectares são de área de várzea, 500 hectares de lamina d’água da Barragem Água Claras, e os 3.000 hectares restantes de lotes secos,

que estão em altitude mais elevada. Este é o maior assentamento de Reforma Agrária do estado do Rio Grande do Sul, seus principais acessos estão localizados pela RS 040 (COPTEC; ATES, 2013).

FIGURA 2 - LOCALIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO FILHOS DE SEPÉ NO MUNICÍPIO DE VIAMÃO/RS

Como o assentamento está inserido dentro uma Área de Proteção Ambiental (APA) do Banhado Grande, o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), no ano de 1999, solicitou que todos os assentados assinassem o Contrato de Assentamento Provisório. Neste documento, estavam previstas as restrições quanto ao corte da vegetação, proibições de queimadas, caça,

utilização de defensivos agrícolas e produtos transgênicos. O não cumprimento das exigências levaria ao cancelamento do contrato. Todas estas condições, associadas, criaram vários obstáculos para o desenvolvimento inicial do assentamento. No entanto, a perseverança, o desejo de continuar e cultivar alimentos, levam os assentados do Filhos de Sepé a prosperar, estando estes, incluídos no grupo dos assentamentos do Rio Grande do Sul com maior produção de arroz orgânico.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para atingir o objetivo proposto nesta pesquisa, o trabalho está embasado em análise qualitativa. Para seu desenvolvimento, realizou-se a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental, a pesquisa de campo e as análises.

A partir do levantamento bibliográfico tornou-se possível construir o referencial teórico, bem como, caracterizar a área de pesquisa. Os materiais consultados apresentam discussões acerca do tema entre os quais se evidenciam: estrutura agrária, reforma agrária, Agroecologia, assim como, o que refere-se a área de estudo, auxiliando a compreensão da realidade pesquisada. A partir da pesquisa bibliográfica tornou-se possível destacar a importância dos assentamentos da reforma agrária, vinculando as discussões à realidade pesquisada.

Posteriormente, coletaram-se dados de fonte secundária, na AAFISE, na Cooperativa Central dos Assentamentos de Reforma Agrária do Rio Grande do Sul (COCEARGS), na Cooperativa dos Trabalhadores Orgânicos da Reforma Agrária de Viamão (COPERAV), na COPTEC, e no IBGE censos agropecuários e demográficos. Após a análise dos dados, as informações obtidas foram representadas em tabelas e gráficos e foram interpretados os resultados.

Os dados qualitativos foram obtidos por meio de entrevistas semiestruturadas dirigidas a 16 agricultores (denominados de A1 a A 16) e a dois técnicos da COPETC (denominados de T1 e T2), que atuam diretamente nas atividades produtivas desenvolvidas no assentamento Filhos de Sepé, os quais compõem a amostragem da pesquisa. O tipo de amostragem utilizada é a não probabilística e selecionada pela tipicidade, ou seja, consiste em selecionar um subgrupo da população que, com base nas informações disponíveis, possa ser considerado representativo de toda a população (GIL, 2008, p. 94).

As entrevistas ocorreram de forma direta, com questões abertas e fechadas, e seguiram um roteiro determinado de questões, as quais procuravam conhecer a organização produtiva e as

estratégias de reprodução praticadas pelos agricultores do Filhos de Sepé, Viamão/RS. Também foi utilizada a técnica da observação, o registro fotográfico e as conversas informais.

Para a aplicação dos roteiros de entrevistas foram selecionados agricultores assentados indicados pelos técnicos da COPTEC, tendo em vista sua liderança no sistema produtivo.

A LUTA PELA TERRA E OS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA

A luta pelo acesso a terra, pela diminuição das desigualdades sociais e da estrutura agrária vigente no Brasil é realizada principalmente pela atuação dos movimentos sociais, entre os quais se destaca o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A partir deste, vem se concretizando, mudanças na estrutura agrária existente, ainda que pequenas, são representativas, perante o número de famílias beneficiadas. O acesso a terra, materializado via reforma agrária e a condição de assentado, viabiliza a reprodução social de inúmeras famílias, o que por sua vez, inegavelmente, amplia a produção e disponibilidade de alimentos, favorece a distribuição de renda e a diminuição das desigualdades sociais.

Levando em consideração o contexto de injustiças e diferenças sociais presentes no espaço agrário brasileiro, a reforma agrária surge como uma possibilidade de alterar tal situação. Haja vista que, a partir deste processo, os agricultores sem terra, passam a ser assentados e o acesso a um lote oferece as potenciais condições para desenvolver sua produção, tanto social quanto econômica.

A viabilidade dos assentamentos está muito além do inicial acesso a terra, após esta etapa, inicia-se uma nova luta para permanecer na terra. Desta forma, investimentos públicos são necessários, bem como, políticas públicas direcionadas a atender as demandas dos assentados. A esse respeito, Sauer (2010, p. 67), salienta que “a terra é representada com algo mais que um instrumento de produção, pois é a possibilidade ou perspectiva de futuro. Futuro esse que se materializa na sobrevivência da família e na construção de uma vida digna”.

Até o ano de 2017, segundo o INCRA (2017), o Brasil, possuía um total de 972.289 famílias assentadas, distribuídas entre 9.374 assentamentos, ocupando uma área de 87.978.041,18 hectares. Desta totalidade, o estado do Rio Grande do Sul, espaço em que se encontra o assentamento objeto desta pesquisa, possui 345 assentamentos, ocupando uma área de 294.194,27 hectares, com 12.413 famílias assentadas.

Em suas discussões sobre a luta pela terra, Sauer (2010, p. 38), ressalva que a mesma abrange uma série de transformações no campo, se caracteriza como um processo social, político e

econômico, “[...] redistribuindo a propriedade da terra e o poder, redirecionando e democratizando a participação da população rural no conjunto da sociedade brasileira”. Nesse sentido, a luta social para a realização da reforma agrária tem como base, “[...] a busca de instrumentos que gerem emprego e renda, criando melhores condições de vida no meio rural”.

No Brasil, as décadas de 1980 e 1990 marcam a projeção social e o reconhecimento político institucional da agricultura familiar, em que se incluem os assentamentos da reforma agrária, que vêm com o intuito de proporcionar a necessária democratização do acesso a terra, contribuindo para uma reorganização fundiária. A reforma agrária, como política redistributiva de terras, busca corrigir a desigualdade e injustiça da estrutura fundiária com a desapropriação de terras privadas que não cumprem sua função social (SAUER, 2010, p. 122).

Entretanto, a forma como a reforma agrária vem sendo implementada no Brasil, pouco tem modificado a estrutura fundiária e se limitou a realizar desapropriações pontuais. Fenômeno este que, pode ser corroborado pelos dados divulgados pelas próprias secretarias vinculadas diretamente ao governo federal no ano de 2019, onde estão evidenciados a representatividade da área ocupada pela agricultura familiar, como é o caso da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD). Ainda que as unidades familiares representem 84% do total de unidades rurais presentes no país, a estes cabe uma parcela de 24,3% da área total ocupada e uma área em média de 18,37 hectares por unidade, evidenciando uma estrutura agrária concentrada.

Apesar dos percalços, a reforma agrária ainda se configura enquanto o único meio pelo qual famílias que não possuem terra, passam a ter a possibilidade de ter um lote. O acesso ao lote é uma conquista e a possibilidade de garantir a produção de cultivos e a reprodução social. Nesse sentido, vai muito além de mero pedaço de terra, como bem destaca Fernandes (1998, p. 22).

A ideia de assentamento está diretamente relacionada à de pequena produção. Lugar e relação social se processam enquanto fonte de poder e resistência; ‘integrados’ ou excluídos, os trabalhadores constroem, sempre, novas estratégias que garantam a manutenção de sua existência. Nesse sentido, a terra é também o espaço da luta, pois é onde se realizam os processos sociais. É nesse contexto que os espaços dos assentamentos e as diferentes dimensões das relações aí desenvolvidas pelos sujeitos emergentes nos interessam como processo socioespacial, onde se expressam as dimensões dos interesses da classe [...].

Ao falar sobre assentamentos, Medeiros e Fiorentin (2015, p.148), ressaltam que estes “[...] surgiram como uma nova alternativa, formam um conjunto de pequenos territórios, em espaços contínuos e/ou descontínuos, mas vistos como partes integrantes de um sistema maior”. E assim,

passam a constituir projetos de desenvolvimento local, dinamizando o espaço dos municípios em que estão instalados, fenômeno, presente na área empírica de realização desta pesquisa, o assentamento Filhos de Sepé.

Nos espaços, em que a partir da reforma agrária ocorreu a inserção dos assentamentos, ocorrem de forma geral mudanças significativas, tanto econômicas quanto sociais, as quais estão muito além da área do assentamento. As atividades realizadas mobilizam e dinamizam a econômica local. A esse respeito Cleps Junior (2013, p. 104), afirma que acontece uma série de aspectos positivos no plano local, citando como exemplo “[...] a diversificação da produção agrícola, a expansão do mercado de trabalho e o fortalecimento político dos agricultores”. Visto que, no momento que esses agricultores recebem uma parcela de terra, vislumbram a possibilidade do acesso a outros benefícios, como é o caso dos créditos para instalação de infraestrutura básica, utilizado para a construção de casas e investimentos no desenvolvimento do plantio, o que movimenta a economia local/regional.

Em relação ao acesso as políticas públicas que possibilitam a produção e a reprodução dos assentados, bem como dos demais agricultores familiares, associada ao seu pedaço de terra é a criação, pelo Governo Federal, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), no ano de 1994, criando linhas de crédito que contemplam os agricultores familiares.

A partir do PRONAF, outras linhas de crédito foram criadas, a fim de contemplar os agricultores familiares. Como exemplo cita-se: o Seguro da Agricultura Familiar (SEAF), o Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF) e o Programa Garantia Safra, sendo em grande parte, políticas complementares ou tributárias características deste programa.

Outros programas relevantes para o contexto apresentado, além da linha de créditos para plantio ou seguro da safra, são o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que aliam elementos de política agrícola e segurança alimentar. Articulando o incentivo da produção com a garantia de compra de alimentos produzidos pelos agricultores familiares, que são distribuídos em escolas, população com vulnerabilidade social, bem como, demais instituições. Estas políticas são essenciais para a manutenção e dinamicidade das atividades desenvolvidas pelos assentados.

A partir da conjuntura apresentada, entende-se que os assentamentos da reforma agrária vêm garantindo a democratização do acesso a terra, contribuindo para uma reorganização na estrutura fundiária, ainda que ocorram em situações pontuais são significativos para as famílias

beneficiadas. Se configurando, como bem aponta Fernandes (1998), em um processo histórico, de transição e transformação da realidade. Contexto este, que está presente no assentamento Filhos de Sepé, como será apresentado na sequência.

O ASSENTAMENTO FILHOS DE SEPÉ: ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA E AS ESTRATÉGIAS UTILIZADAS PARA A REPRODUÇÃO SOCIAL

A história do assentamento Filhos de Sepé está alicerçada, assim como em demais assentamentos, na organização, na luta pela terra e no confronto a estrutura agrária existente de concentração de terras historicamente vigente no Brasil. O acesso a um lote de terra, além de diminuir as desigualdades sociais, oferece a possibilidade das famílias produzir e se reproduzir social e economicamente. Realidade esta presente para as 376 famílias assentadas.

O assentamento está localizado na Bacia Hidrográfica do Rio Gravataí, situada na Região Hidrográfica do Guaíba. Inserido totalmente na APA do Banhado Grande, possui dentro de sua área territorial, o Refúgio de vida Silvestre Banhado dos Pachecos, o qual ocupa uma área de 2.500 hectares. Da composição da área total, 65% encontra-se entre várzeas, lâmina d'água e a área do Refúgio, o que faz com que as restrições e os cuidados sejam constantes.

A condição fisiogeográfica propicia disponibilidade abundante de recursos hídricos, ao mesmo tempo, as exigências ambientais são intensas, na forma de utilização deste recurso. As moradias são compostas por quatro setores: A, B, C e D, cada um compondo uma agrovila. A partir da figura 3 é possível observar a composição territorial da área do assentamento.

Por se tratar de uma APA, segundo o entrevistado A-6 (2017), ainda no acampamento, os assentados assinaram um documento correspondente a um termo de ajuste de conduta (TAC), onde estava delineado o contexto ambiental em que a área se encontrava, bem como, definido o que não era permitido realizar na área. Ainda estava previsto, que os assentados teriam que realizar o processo de conversão agroecológica em três anos, passando a produzir de forma orgânica. Situação esta que também é relatada pelo depoente A-2 (2017), o qual ainda complementa relatando que todos sabiam que o critério de liberação da área foi produzir de forma coletiva e orgânica.

FIGURA 3 – ÁREA DO ASSENTAMENTO FILHOS DE SEPÉ, VIAMÃO/RS

Fonte: Malha municipal IBGE, (2010).

Elaboração: BELING, Helena Maria (2017).

As famílias que compõe o assentamento são oriundas de vários municípios do estado gaúcho, e também, em menor quantidade, do estado de Santa Catarina, além de famílias de trabalhadores da fazenda desapropriada. A história dessas famílias mostra grande diversidade de experiências de trabalho realizadas anteriormente a serem assentados, sendo agricultores familiares proprietário, arrendatários e meeiros. Os mesmos trabalhavam, em grande maioria, nos cultivos de

tabaco, pecuária, arroz convencional, hortaliças, e também, vários estavam desempregados do meio urbano, no setor da prestação de serviços e comércio.

Todas as atividades agrícolas do assentamento Filhos de Sepé, atualmente, são de base agroecológica, o que qualifica as condições ambientais. O processo de transição agroecológica no assentamento foi complexo e se deu ao longo do tempo (AAFISE, 2015).

Alguns agricultores tinham, desde o início, o interesse de desenvolver sua produção baseada nos princípios da Agroecologia, como é o caso do entrevistado A-15 (2017), o qual relata que tinha sérios problemas de saúde, trabalhava anteriormente em lavouras do modelo convencional, nesse contexto, foi acampar, para conseguir um lote, visando produzir de forma agroecológica. Outros foram obrigados a realizar o processo de conversão, pois, o assentamento está na APA do Banhado Grande e possui o Refúgio da Vida Silvestre Banhado Pachecos, condição que exige cuidados constantes, não sendo permitido o uso de defensivos agrícolas. Este contexto condicionou uma reorganização produtiva no assentamento, sendo importante compreender como esses agricultores produzem e se reproduzem social e economicamente, bem como, organizam o processo produtivo.

Para a organização do espaço do assentamento que possui características geográficas diferentes daquelas de vivência e convivências das famílias assentadas, foram necessárias várias adaptações. Entre as quais se destaca a forma de produzir em área que abrange terras de banhado. A condição ambiental colocada, com predomínio de área de várzea, inicialmente se colocava como um problema, levando assentados a abandonar o assentamento, já que poucas famílias tinham experiência com produção de lavouras nestas condições. No mais, a proximidade do município de Porto Alegre/RS, aliado as dificuldades presentes, era um atrativo na busca de uma colocação no mercado de trabalho, como pode ser observado na fala de um dos entrevistados.

Quando tu chega, tu é assentado, tu passa dois anos brigando com o Governo, pressionando, lutando contra o Governo, fazendo com que o Governo te assente. Então o que ele fez para resolver o conflito, que nós tava incomodando, nós era muita gente na rua, desgastando o Governo né, ele pegou e comprou a terra, e jogou nós em cima, mas ele não fez a reforma agrária aqui, ele tirou nós da rua, ele jogou nós aqui, abandonou nós, não tinha nenhum recurso aqui, e ai agente morava aqui, sem ninguém saber onde era a tua terra, e tu vai fazer o que? Vai trabalhar de empregado (A-6, DIÁRIO DE CAMPO, 2017).

Após a conquista da tão sonhada terra, os assentados se viram diante de uma nova realidade, com uma série de necessidades que precisavam ser atendidas. Moradia, água, energia elétrica e

estradas, eram essenciais para sua produção e reprodução, conforme evidência ainda a fala do entrevistado A-6 (2017).

Ao chegar no assentamento, a primeira meta, por aqui não tinha nem um pé de grama, o primeiro desafio foi fazer com a gente tivesse o mínimo de estabilidade, o projeto da habitação, luz, a gente teve que conquistar, a água, a gente que conquistar. Daí, depois, desse processo todo, aqui, o grande desafio era fazer, desenvolver a produção né.

Superado este obstáculo ainda tinham demais desafios entre os quais, os técnicos-produtivos, a necessidade de aprender a cultivar na várzea, atendendo as exigências previstas no Contrato de Assentamento Provisório.

De forma geral todos os entrevistados referem que inicialmente tiveram muitas dificuldades, enfrentando vários obstáculos. Destacam que não foi fácil estabilizar as condições básicas para o desenvolvimento do assentamento, bem como, a organização da produção. O processo de demarcação dos lotes ocorreu de forma lenta, levando nove anos para ficar pronto. Durante este período os assentados ficaram sem auxílios e subsídios do Governo Federal. O assentamento estar totalmente inserido dentro de uma APA se colocava como uma condição nova para os assentados, com muitas restrições. Suas práticas e vivências, em sua maioria, estavam atreladas aos cultivos convencionais.

A busca pela sobrevivência e a necessidade de alimentos levou os assentamentos, nos primeiros anos, a desenvolver várias atividades, todas vinculadas as suas experiências anteriores e aos seus conhecimentos de vida, as quais nem sempre eram aptas às condições presentes na área do assentamento. Os entrevistados relatam que apostaram na criação de gado, motivados pela qualidade das pastagens disponíveis. Também, tiveram algumas experiências com milho, contudo, a atividade não se desenvolveu, assim como, na criação de cabritos e de abelhas/mel, o que é confirmado a partir da fala do depoente A-11 (2017).

No começo quando a gente chegou aqui, nós não tinha conhecimentos de como produzir de forma ecológica, e nós precisava comer né, a terra tava ali, então agente foi plantando o que dava. E daí depois de passado, acho que uns cinco, seis anos, que foi começando a aparecer o orgânico, as formas de plantio, o jeito de manejo e daí foi que a gente começou a praticar né, e foi indo, foi indo, até que a gente pegou o jeito e daí agente passou a produzir só ecológico.

Entre erros e acertos, os assentados foram aprendendo a trabalhar com áreas de várzea e com o passar dos anos conseguiram organizar sua produção dentro das diretrizes ambientais. Passando a produzir arroz orgânico, tendo em vista que, a área é propícia para a rizicultura, sendo esta, atualmente, a principal atividade agrícola promotora de renda do Filhos de Sepé, tal atividade é denominada pelos entrevistados como o “carro chefe” do assentamento.

De acordo com os relatos dos entrevistados (2017), as primeiras experiências da produção de arroz no assentamento ocorreram de forma convencional no ano de 1999, via articulação do MST, sem a utilização de defensivos agrícolas, com um grupo de famílias que tinham experiência neste cultivo. O resultado positivo levou outros agricultores a se dedicar ao cultivo, sendo que para safra 2000/2001 a área cultivada chegou a 600 hectares. Na safra 2001/2002 o tamanho da área destinada ao cultivo mais que duplicou, chegando a 1.500 hectares, nesta fase surgem, de forma isolada, as primeiras experiências com o cultivo de forma agroecológica, com três famílias segundo o entrevistado A-15 (2017).

No período compreendido entre 2002/2004 a área plantada no assentamento foi, consideravelmente, ampliada, chegando a 2260 hectares. Segundo os depoentes, este foi um momento crítico, a ampliação demasiada das áreas de cultivo e a utilização de forma irracional dos recursos, ocasionou depredação da água, solo e das estruturas de irrigação e drenagem, ocasionando intensificados conflitos, sobretudo na disputa pelas áreas com disponibilidade de água.

Contudo, como havia muitas carências a serem atendidas no assentamento o cultivo do arroz possibilitava retornos econômicos positivos. Todo o ano se ampliava o tamanho da área e o número de assentados que se dedicavam à atividade. Apesar dos problemas relacionados à disponibilidade de água, as áreas destinadas ao cultivo do arroz chegaram a 2540 hectares na safra 2004/2005. Até este período, os lotes ainda não estavam demarcados, não havendo uma indicação da forma de gestão da água disponível e da localização de área que cada assentado poderia cultivar. A morosidade do Estado, na demarcação dos lotes, impossibilitou o acesso à políticas públicas, propiciando a utilização irracional dos recursos disponíveis.

No ano de 2004, foi elaborado o Plano de Consolidação de Assentamento (PCA), para o Programa de Consolidação e Emancipação de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária (PAC). Onde foi diagnosticado, em relação às questões hídricas, a existência de “[...] conflitos pelo uso da água, deficiência na gestão da água e necessidade de manutenção no sistema de irrigação e

drenagem, assim como dos principais canais, drenos e as estruturas da barragem” (DIEL, 2011, p. 58).

A partir do PCA/PAC, foi realizada uma avaliação hidrológica e um plano de manejo da água no sistema de irrigação da Barragem Águas Claras. A avaliação atendia as exigências previstas no TAC, feita pelo Ministério Público Estadual (MPE) e Ministério Público Federal (MPF) ao INCRA. Os resultados, disponibilizados no ano de 2005, demonstravam a necessidade da utilização de forma racional do recurso, não havendo condições operacionais de atender a demanda de irrigação para toda a área em que os assentados realizavam o cultivo do arroz irrigado. Neste contexto, foram estabelecidas diretrizes e condicionantes, para manter a integridade dos recursos hídricos¹ e evitar acontecimentos irregulares, ficou estabelecido pela Secretaria de Meio Ambiente e Infraestrutura (SEMA), que a área máxima de irrigação, com licença ambiental, seria de 1.600 hectares, sendo que a fiscalização se daria de forma contínua.

Buscando atender as demandas previstas nos projetos do PCA e PAC, assim como organizar a produção, no ano de 2005, segundo os entrevistados (2017), os assentados fundaram a AAFISE. Na ocasião foram legitimados representantes dos setores, para compor os grupos de produção de grãos, criação de animais, peixe, mel, reflorestamento e infraestrutura. Os depoentes relataram a necessidade de se adequar as exigências, principalmente as ambientais. Na safra 2005/2006, ainda foi permitido que as 376 famílias cultivassem arroz, desde que apresentassem projetos de lavoura para a referida safra, os quais podiam ser individuais ou coletivos, e precisavam ser aprovados por uma comissão. Cada família poderia cultivar em até 4,25 hectares, não ultrapassando o limite máximo total de área cultivada de 1600 hectares estabelecidos pela SEMA. Os principais apoiadores na viabilização e análise dos projetos foram a COPTEC e o INCRA. Neste período, foram reduzidos 940 hectares da área total destinada ao cultivo do arroz em relação a safra anterior, não havendo mais a possibilidade de ampliação. Esta redução levou os assentados a reorganizar suas atividades e suas estratégias para a reprodução social.

No ano de 2007, se estabelece uma nova configuração, a partir da conclusão da divisão dos lotes na área de várzea fica determinado que somente 256 famílias ficaram com lotes dentro do perímetro de irrigação. Contudo, a autorização para o cultivo estava condicionada a apresentação do projeto de lavoura e ao atendimento de todas as diretrizes estabelecidas pelos órgãos ambientais e

¹ Na safra 2004/05 houve uma redução drástica dos níveis de água em toda Bacia Hidrográfica do Gravataí e consequentemente do Rio Gravataí por conta da estiagem e da utilização das águas para a irrigação de arroz na região, colocando em risco o abastecimento nas cidades de Gravataí, Cachoeirinha, Alvorada e Viamão (DIEL, 2011, p. 59-60).

INCRA. Estes condicionantes impossibilitavam que todas as famílias cultivassem arroz. Diante desse contexto, ocorreram mudanças significativas na organização da produção do arroz orgânico no Filhos de Sepé. Sendo que o cultivo passou a ser produzido pelos moradores dos setores A, C e D, devido às condições hídricas disponíveis para o desenvolvimento desta produção². Os assentados moradores do setor B passam a desenvolver as outras atividades produtivas.

Nos períodos compreendidos entre os anos de 2008 a 2016, a área total destinada ao cultivo oscila, sendo maior em alguns períodos e menor em outros, fenômeno diretamente relacionado à exigência de aprovação do projeto de lavoura. Para a safra 2019 - 2020, a previsão é de queda na produção de 10% a 15%, contudo, o assentamento ainda tem a maior área plantada, o plantio vai recuar de 1.600 para 1.000 hectares, isso porque o preço do arroz caiu neste ano, deixando os produtores descapitalizados para a compra de insumos (SILVA, 2019).

O sistema de produção do arroz orgânico se caracteriza com base na organização produtiva do trabalho familiar e em grupos de produção. Essa forma de organização possibilita aos assentados trabalhar coletivamente, bem como a ajuda mútua e a troca de experiências. O convívio direto em grupos e nas atividades produtivas possibilita o reconhecimento das dificuldades a serem superadas, assim como, das potencialidades e das novas estratégias a serem implementadas, para a produção e reprodução dos agricultores familiares na terra conquistada.

No assentamento há produção diversificada, que atende as demandas internas da família e do mercado consumidor. Além do arroz orgânico está presente a produção de gado de corte e de leite, hortaliças, frutas, ovos e pequenos animais. Estas atividades são realizadas, prioritariamente, pelos moradores do setor B, onde não há produção de arroz orgânico. A partir da figura 4 é possível observar a produção de arroz (A), gado (B), frutas e hortaliças (C e D).

O setor B é composto por cerca de 120 famílias (AAFISE, 2015), apresenta produção diversificada e acontece, sobretudo, de maneira individual nos lotes de cada família. Para o mercado consumidor, são produzidos diversos tipos de hortaliças e frutas, com o intuito de atender as demandas dos consumidores das feiras. São produzidos, por exemplo, hortaliças como: brócolis, beterraba, couve, rabanete, alface, rúcula, salsa, cebolinha, cenoura, espinafre, berinjela, chuchu, mandioca, batata doce, moranga, abóbora, vagem; além de frutas, como: caqui, goiaba, pêssego,

² Na figura 3, que se refere à área territorial do assentamento, é possível observar a distância dos moradores do setor B e de seus lotes de produção dos canais de irrigação e drenagem, utilizados para a produção do arroz orgânico, impossibilitando assim, o desenvolvimento desse tipo de produção.

laranja, bergamota, maracujá, amora, moranguinho, melão e melancia. A adubação orgânica é realizada, sobretudo, com cama de aviário e biofertilizantes.

FIGURA 4 – PRODUÇÃO DIVERSIFICADA DO ASSENTAMENTO FILHOS DE SEPÉ, VIAMÃO/RS

Fonte: Trabalho de campo (2017).

O cultivo de arroz, os produtos da agroindústria e parte da produção de frutas e hortaliças são certificados como produção orgânica. Cenário resultante de diversas ações desenvolvidas desde o início da cogitação da criação do assentamento (AAFISE, 2015). Para que o produto orgânico seja certificado, é necessária a conscientização e responsabilidade dos agricultores em seguir uma série de procedimentos que garantam a certificação. Sendo necessária a organização e planejamento dos agricultores envolvidos com esse sistema de produção, bem como, do acréscimo no valor do produto, pelo fato do mesmo ter a certificação orgânica.

A certificação orgânica é para o consumidor a garantia de que o produto garante os atributos procurados, sendo uma forma de garantia de qualidade. Cabe lembrar que, no Brasil, existem três diferentes formas que garantem a qualidade orgânica dos produtos, são: a Certificação por auditoria, os Sistemas Participativos de Garantia (SPG) e a Organização do Controle social (OCS) para venda direta sem certificação.

Com perspectiva de agregar valor ao produto e garantir a qualidade aos consumidores, iniciou a organização para a certificação dos produtos do Filhos de Sepé. Para a certificação do arroz orgânico, as experiências se iniciaram na safra de 2002/2003 iniciando as orientações e o contrato com o Instituto de Mercado Ecológico (IMO). O grupo das hortas e frutas encaminhou, no ano de 2009, o processo de certificação para poder participar em feiras e garantir melhores preços no PAA e no PNAE, bem como nas feiras.

No referido assentamento, grande parte da certificação orgânica é realizada por meio de auditoria com contratação da empresa certificadora privada IMO que, atua na certificação de produtos destinados ao mercado nacional e para exportação. Neste processo a certificadora é a responsável pelo monitoramento da produção e processamento.

No Assentamento Filho de Sepé, a certificação participativa, que ocorre por meio do SPG, é recente e pouco utilizada. Nesta certificação a responsabilidade é coletiva dos produtores, consumidores, técnicos e demais interessados. Conforme COCEARGS (2015), para facilitar e dar suporte a este procedimento de certificação orgânica há o Sistema Interno de Controle (SIC). O mesmo tem como objetivos fazer a formulação e ajustamento dos documentos conforme o necessário, auxilia e apoia aos produtores oferecendo cursos de formação, bem como, auxilia na formulação e no ajustamento dos documentos conforme necessário.

No assentamento, a venda direta ao consumidor, sem certificação, por meio da OCS, é pouco utilizada, sobretudo em hortaliças e frutas. Estes agricultores fazem parte do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos, nestes produtos não há selo orgânico. O controle é realizado pelos produtores, onde um faz a fiscalização do outro. Estes produtos são vendidos em feiras, entrega direta aos consumidores e restaurantes.

A partir do trabalho de campo (2017), foi observado que, todos os assentados produzem alimentos para a autoconsumo da família, estando entre os produtos mais citados: horta, pomar, mandioca, abóbora, batata doce, feijão, melancia, galinhas, porcos e gado. A este respeito Caporal e Costabeber (2002), ressaltam que, na agricultura familiar esta prática garante a soberania e a segurança alimentar dos agricultores auxiliando no processo de reprodução social.

Buscando ampliar sua organização produtiva e as estratégias de reprodução social, os assentados implementaram, no ano de 2009, a COPERAV. Que é o coletivo dos agricultores familiares do referido assentamento, o qual é destaque na produção de alimentos orgânicos.

A cooperativa possui duas agroindústrias de processamento de alimentos, conforme figura 5, localizadas no setor de moradia D. Sendo uma agroindústria de panificação, com produção de pães, bolachas, cucas e a outra de beneficiamento de vegetais, beneficiando produtos como mandioca, batata-doce, moranga e frutas secas.

A produção da agroindústria de panificação atende as necessidades internas dos assentados e também são comercializados, os vegetais atendem a demanda do mercado. Os espaços de comercialização mais acessados são o PAA, o PNAE, a Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar (CAEAF) da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e a venda direta ao consumidor (AAFISE, 2015).

FIGURA 5 – AGROINDÚSTRIAS DO ASSENTAMENTO FILHO DE SEPÉ, VIAMÃO/RS

Fonte: Trabalho de campo (2017).

O principal mercado da cooperativa é a alimentação escolar, sobretudo da região metropolitana de Porto Alegre. A organização em cooperativa e com a Lei 11.947, de 16 de junho de 2009, foi um enorme salto para a reprodução social destes assentados. A referida lei, em seu artigo 14 prevê que no mínimo 30% do valor repassado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), no âmbito do PNAE “[...] deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas” (BRASIL, 2009).

Os assentados do Filhos de Sepé entregam todos os meses para as escolas da região produtos orgânicos como arroz, legumes, hortaliças, frutas, pães, cucas e biscoitos. Além de ser destinado para alimentação escolar, os produtos da COOPERAV são comercializados em outros locais, como é o caso de hospitais, feiras orgânicas e a venda na agroindústria.

A partir do contexto apresentado, pode-se afirmar que muitas foram e são as estratégias de reprodução experimentadas e desenvolvidas pelos assentados do assentamento Filhos de Sepé. Cabe salientar que, a diversidade é uma alternativa à monocultura, à homogeneidade e à uniformidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ação e organização dos movimentos sociais na luta pela terra contribuíram para equilibrar o contexto das injustiças e diferenças sociais presentes no espaço agrário brasileiro. A reforma agrária, uma política redistributiva de terras, é o meio utilizado para amenizar a desigualdade da estrutura fundiária. A partir desta, os assentados, passam a ter a priori condições para desenvolver sua produção e reprodução, tanto no âmbito social quanto econômico.

Com o desenvolvimento desta pesquisa, foi possível conhecer as estratégias de produção e de reprodução social, adotadas ao longo dos anos, pelos assentados do Assentamento Filhos de Sepé, Viamão/RS. A partir da reforma agrária, os assentados ganharam espaço para a produção de alimentos, e assim, a possibilidade de gerar seu desenvolvimento, enquanto agricultores familiares.

O assentamento pesquisado é um espaço que possui grande diversidade social e cultural, haja vista, que os assentados são oriundos de diversos lugares do estado do Rio Grande do Sul e alguns do estado de Santa Catarina. Isso que fez com que, no início da efetivação do assentamento, o processo de adaptação dos assentados fosse difícil, sobretudo, nos tipos de cultivos desenvolvidos de acordo com as especificidades da área.

Todos os sistemas produtivos desenvolvidos ocorrem com base nos princípios da Agroecologia, que é uma essência defendida pelo MST. Porém, realizar a conversão agroecológica e produzir de forma orgânica, inicialmente foi um desafio, devido a falta de assistência, de conhecimento das formas de produzir e dos manejos necessários se configuraram como obstáculos mas não impediram os assentados de permanecer, apreender e continuar na terra.

A partir da pesquisa realizada, observou-se que muitas foram as dificuldades enfrentadas e o quanto são essenciais investimentos, possibilitando minimamente o atendimento da infraestrutura

básica como: moradia, estradas, demarcação dos lotes, água, luz, subsídios financeiros para o desenvolvimento das produções, oportunizando condições de permanência.

Os agricultores familiares assentados no Filhos de Sepé, buscam produzir e se reproduzir socialmente. O domínio das técnicas do cultivo de forma orgânica vem possibilitando que assentamento seja o maior produtor de arroz orgânico do Rio Grande do Sul. O sucesso da experiência demonstra que o acesso à assistência técnica, ao conhecimento é essencial, e que a viabilidade da reforma agrária está muito além do acesso a um lote de terra.

REFERÊNCIAS

AAFISE - Associação dos Moradores do Assentamento Filhos de Sepé. **Relatório Técnico da Gestão dos Recursos Hídricos do Distrito de Irrigação Águas Claras – Viamão/RS**. Jun. 2015.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. **Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica**; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm>. Acesso em: 13 jul. de 2018.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Análise multidimensional da sustentabilidade: uma proposta metodológica a partir da agroecologia. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 3, n. 3, Jul/Set, 2002, p. 70 – 85.

CLEPS JUNIOR, J. Expressões da re-territorialização da reforma agrária no Brasil do século XXI: novas territorialidades e novos agentes sociais. In: Medeiros, R. M. V.; FALCADE, I. (orgs). **Expressões da Re-Territorialização do Campo Brasileiro**. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2013. P. 91 – 116.

COCEARGS - Cooperativa Central dos Assentamentos de Reforma Agrária do Rio Grande do Sul. **Manual para produtores orgânicos**. Grupos Gestores de Produtos Agroecológicos da Grande Região de Porto Alegre. Eldorado do Sul, 2015 (cópia xerográfica).

COPTEC - Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos Ltda; ATES - Assessoria Técnica Social e Ambiental. **Gestão Comunitária de Recursos Hídricos na Produção Agroecológica de Arroz no Assentamento Filhos de Sepé, Viamão/RS**. 2013 (cópia xerográfica).

DIEL, R. **Gerenciamento de Recursos Hídricos: um estudo de caso no Assentamento Filhos De Sepé, Viamão (RS)**. 2011. 87 p. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2011.

FERNANDES, B. M. **Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de reforma agrária**. Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. Presidente Prudente: UNESP, 1998.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed., São Paulo: Editora Altas S.A., 2008

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 4. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

GRAZIANO DA SILVA, J. F. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **CIDADES@**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/viamao/panorama>>. Acesso em: 22 ago. 2019.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Assentamentos. Painel dos Assentados. **Incra nos Estados** - Informações gerais sobre os assentamentos da Reforma Agrária. 2017. Disponível em: <<http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>>. Acesso em: 28 ago. de 2018.

MEDEIROS, R. M. V.; FIORENTIN, M. **Desenvolvimento rural transformações sócioespaciais e assentamento no Rio Grande do Sul**. In: DAVID, C. de; WIZNIEWSKY, C. R. F. (orgs). **Agricultura e transformações socioespaciais: olhares geográficos e a pesquisa de campo**. Porto Alegre: Evangraf/Jadeditora, 2015. P. 145 – 157.

SAUER, S. **Terra e modernidade: a reinvenção do campo brasileiro**. 1º Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SEAD - Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. Conjunto de dados. Disponível em: <<http://dados.gov.br/organization/f9c6a882-ab53-4dc4-b5f2-27a05197b050?tags=Agricultura+Familiar>> Acesso em: 20 ago. de 2019.

SILVA, E. **Rio Grande do Sul lidera produção de arroz orgânico**: Unidos em cooperativas, agricultores gaúchos tornaram o Estado maior produtor do cereal sem agroquímicos na América Latina. *Globo Rural*. Disponível em: <<https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Agricultura/Arroz/noticia/2019/01/rio-grande-do-sul-lidera-producao-de-arroz-organico.html>> Acesso em: 15 out. de 2019.

WIZNIEWSKY, C. R. F. Reflexões acerca do desenvolvimento, agroecologia e educação. In: DAVID, C. de; WIZNIEWSKY, C. R. F. (orgs). **Agricultura e transformações socioespaciais: olhares geográficos e a pesquisa de campo**. Porto Alegre: Evangraf/Jadeditora, 2015. P. 80 – 91.